

NO RÁDIO

28 FEV 1996

# Presidente promete ampliar benefício de idosos

ESTADO DE SÃO PAULO

*FH anuncia que vai  
aumentar renda  
familiar média exigida  
pela legislação*

**B**RASÍLIA — O governo vai aumentar o valor da renda familiar média exigida para o pagamento mensal de um salário mínimo para idosos e deficientes, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social. O anúncio foi feito ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no programa de rádio *Palavra do Presidente*. Hoje, a renda familiar média exigida é de R\$ 25 e poucas pessoas estão conseguindo receber o benefício, que vem sendo pago desde a semana passada. O presidente disse que o "ideal" é subir esse valor para R\$ 50.

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente no rádio:

"O Brasil está pagando a dívida que tem com milhares de idosos e deficientes de baixa renda, pessoas que são, muitas vezes, abandonadas nos asilos, consideradas um peso para as famílias, mas que são cidadãos e têm direitos.

A Secretária de Assistência já começou a pagar a elas o benefício que corresponde a um salário mínimo. Essa ajuda do governo aos idosos e deficientes foi determinada na Constituição de 1988, mas dependia de regulamentação. Fizemos isso, no ano passado. E, desde o dia 2 de janeiro, as pessoas com mais de 70 anos e os portadores de deficiência podem receber mensalmente o benefício. Basta comprovar a incapacidade para trabalhar e uma renda familiar média inferior a um quarto do salário mínimo, ou seja, menos de R\$ 25. Por exemplo, uma família de cinco pessoas, que vive de só um salário mínimo de R\$ 100 e tem um deficiente ou uma pessoa idosa.

Para pedir o benefício, o interessado deve procurar um posto do INSS, a Secretaria de Assistência Social ou, ainda, as Apaes, as Associações Pestalozzi, as agências dos Cor-

reios e demais entidades que prestam esse tipo de assistência.

O governo tinha um prazo de 90 dias, a partir da aprovação do pedido, para começar a pagar os primeiros benefícios. Esse prazo venceria no final de março. Mas eu determinei à Secretaria de Assistência Social urgência na liberação dos recursos. O resultado é este: começamos a pagar na semana passada. O pagamento é feito na conta do beneficiário, sem intermediário, portanto, sem risco de fraude, porque a fiscalização também é rigorosa.

Nós temos enfrentado algumas dificuldades, nessa fase de implantação, porque o programa é uma grande parceria do governo federal com as entidades que cuidam dos idosos e deficientes, os juizes, os delegados de polícia, os assistentes sociais, as Forças Armadas, o Ministério da Saúde, enfim, governo e sociedade.

Justiça seja feita: todas essas entidades estão abraçando a nossa causa. E, como esse programa de renda para os deficientes e idosos, em pouco tempo, teremos mais um motivo de satisfação para o nosso país.

O governo tem dinheiro para atender 450 mil pessoas, neste ano. Mas, até agora, poucos idosos e deficientes tiveram o benefício aprovado. Isso está acontecendo principalmente

porque a renda média familiar exigida é muito baixa — R\$ 25, como falei. Precisamos corrigir logo esse erro da lei. Até o final de março, a Secretaria de Assistência Social vai fazer uma avaliação dos primeiros 90 dias de funcionamento do programa. E, aí, teremos condições de alterar a lei, para aumentar o valor da renda média familiar. O ideal é que ela fique em torno de meio salário mínimo, ou seja, R\$ 50.

Muita gente acha que o benefício está sendo pago com o dinheiro da Previdência e critica o governo por isso. Só que isso não é verdade. O dinheiro é do Tesouro Nacional, da sociedade. É uma dívida que está sendo paga pelo Brasil.

E isso representa muito mais do que dinheiro no bolso dessas pessoas, que têm batido tanto para viver. O pagamento do benefício dá dignidade a esses brasileiros. Agora, o deficiente e o idoso podem comprar os remédios de que precisam, podem contribuir para a família viver melhor, pagar o asilo em que vivem. E o mais importante: passam a ser mais respeitados pela família e no próprio meio onde vivem.

Eu sei que, por enquanto, estamos ajudando a poucas pessoas. Mas tínhamos que tirar a lei do papel. Tínhamos que começar a agir."